



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
CÂMPUS AVANÇADO JAGUARÃO**

**PROJETO DO CURSO TÉCNICO EM
EDIFICAÇÕES – Forma subsequente**

Início: 2014/1

SUMÁRIO

1 – DENOMINAÇÃO.....	4
2 – VIGÊNCIA	4
3 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	4
3.1 – APRESENTAÇÃO.....	4
3.2 – JUSTIFICATIVA	5
3.3 OBJETIVOS	9
4 – PÚBLICO-ALVO E REQUISITOS DE ACESSO	10
4.1 – PARA ALUNOS BRASILEIROS	10
4.2 – PARA ALUNOS URUGUAIOS	10
5 – REGIME DE MATRÍCULA	10
6 – DURAÇÃO.....	10
7 – TÍTULO	11
8 – PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO	11
9 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	11
9.1 – COMPETÊNCIAS	11
9.1.1 – <i>Competência Comportamental-Atitudinal</i>	11
9.1.2 – <i>Competência Técnico-cognitiva</i>	12
9.2 – MATRIZ CURRICULAR.....	13
9.3 – MATRIZ DE PRÉ-REQUISITOS.....	13
9.4 – MATRIZ DE DISCIPLINAS EQUIVALENTES	13
9.5 – ESTÁGIO CURRICULAR.....	13
9.6 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	13
9.7 – TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO	14
9.8 – DISCIPLINAS, EMENTAS, CONTEÚDOS E BIBLIOGRAFIA.....	14
9.9 – FLEXIBILIDADE CURRICULAR	14
9.10 – POLÍTICA DE FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO	14
9.11 – METODOLOGIA A SER DESENVOLVIDA NO CURSO	16
9.11.1 <i>Componentes curriculares a distância</i>	17
10 – CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	17
11 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM APLICADOS AOS ALUNOS.....	18
12 – RECURSOS HUMANOS	19
12.1 – PESSOAL DOCENTE.....	19
12.2 – PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	22
13 – INFRAESTRUTURA	23
13.1 – INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS OFERECIDOS AOS PROFESSORES E ALUNOS.....	23
13.2 – INFRAESTRUTURA DE LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS À ÁREA DO CURSO	24

Curso Técnico em Edificações	
Habilitação	Técnico em Edificações
Carga Horária	1380 horas
Estágio Obrigatório	Não se aplica
Eixo Tecnológico	Infraestrutura

Aspectos Legais	
Aprovação do Projeto Pedagógico do Curso	Resolução nº 97/2013
Autorização de Funcionamento	Portaria nº 1230/2014
Aprovação na Câmara de Ensino	Resolução nº 30/2014

1 – DENOMINAÇÃO

Curso Técnico em Edificações.

2 – VIGÊNCIA

O Curso Técnico em Edificações na forma subsequente passa a vigor a partir do primeiro semestre letivo do ano de 2014.

3 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

3.1 – Apresentação

Os antecedentes do Instituto Federal Sul-rio-grandense se situam no início do século XX, em 07 de julho de 1917, quando se realiza a assembleia de fundação da Escola de Artes e Ofícios. Entretanto, suas aulas começariam em 1930, no momento em que, por parte do Município de Pelotas, se institui a Escola Technica Profissional, que, por sua vez, viria a se denominar mais tarde como Instituto Profissional Técnico. Em 1942, por decreto do presidente Getúlio Vargas, é criada a Escola Técnica de Pelotas – ETP –, cuja atividade letiva começaria somente em 1945. A ETP assume a partir de 1959 a categoria de autarquia Federal e, em 1965, passa a ser denominada Escola Técnica Federal de Pelotas ETFPel. Nesta condição, passa a ter um papel destacado na formação de técnicos industriais, tornando-se uma instituição especializada na oferta de educação profissional de nível médio, tendo como conquista a formação de um grande número de estudantes nas habilitações de Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Eletromecânica, Telecomunicações, Química e Desenho Industrial.

Em 1996 acontece a primeira expansão, com a criação da Unidade de Ensino Descentralizada na cidade de Sapucaia do Sul, e em 1998 a ETFPel é autorizada a ministrar cursos de nível Superior, efetivando-se esta oferta com a transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET-RS. Ainda na condição de CEFET se criam os câmpus Charqueadas (2006) e Passo Fundo (2007) completando a primeira fase da expansão. A segunda fase da expansão se dá em 2010, já na condição de Instituto Federal Sul-rio-grandense – constituído no marco da Lei nº 11.892, de dezembro de 2008 – com a criação dos câmpus Camaquã, Venâncio Aires e Bagé, a incorporação do Campus Pelotas - Visconde da Graça – antes pertencente à UFPel – e a criação do câmpus avançado de Santana do Livramento. A terceira fase da expansão inclui, além da criação do câmpus avançado Jaguarão, a implantação os câmpus de Gravataí, Lajeado e Sapiranga.

A gênese do câmpus avançado de Jaguarão se remonta à primeira Audiência Pública, promovida pela Prefeitura, visando à vinda de uma escola técnica para o município e datada em 13 de maio de 2011. Mediada por várias reuniões e atividades, a expectativa da comunidade foi reforçada com uma nova audiência em março de 2012. Já, em março de 2013, a Secretaria de Educação do Município, em parceria

com o IFSul, promove o Primeiro Fórum de Educação Técnica na Fronteira. Estas e outras atividades vieram sensibilizando a comunidade e em todos os casos contaram com importante presença das forças vivas da cidade, lotando o auditório da Biblioteca Pública Municipal ou o auditório do Câmpus Jaguarão da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), locais onde foram realizadas. Esta mobilização rendeu seus frutos no momento de definir as contrapartidas municipais para efetivar a implantação, na medida em que as decisões políticas refletiram o desejo manifesto da coletividade jaguareense de qualificar a oferta educativa pública com a vinda do Campus Avançado.

Prontamente, de forma paralela à primeira Audiência – em 2011 –, a Prefeitura Municipal apresentou alternativas de espaços para a locação da Unidade. Entretanto, manteve-se na expectativa de uma sinalização positiva por parte do Governo Federal. Quando esta foi efetivamente dada por parte do MEC, com o envolvimento pessoal do próprio Prefeito Claudio Martins, se efetiva a doação de dois espaços. Entre fevereiro e março de 2013 se mantiveram varias reuniões e visitas técnicas, por fim, o Executivo Municipal envia Projeto de Lei à Câmara Municipal solicitando a doação de um prédio de aproximadamente 1.100 m² em área central. A lei foi votada pela mesma em 02 de abril de 2013 com o número 5.687. Tendo em vista que o prédio possui algumas características que dificultariam sua imediata utilização e a perspectiva de crescimento da unidade – como o fato de ser inventariado como patrimônio pelo IPHAN e de serem necessárias reformas importantes, demandando, portanto, um prazo maior para a elaboração de um projeto arquitetônico – se procedeu a uma nova negociação com a Prefeitura, não havendo outra área disponível que possuísse benfeitorias, a Prefeitura teve a bem doar uma área de 3,2ha, no chamado “Corredor das Tropas”, dentro da área urbana, distante a uns dois quilômetros da área central, porém, inserido no entorno de comunidades com maior incidência de situações de risco social, onde a presença da Unidade pode vir a se constituir em importante estímulo para jovens e adultos na continuidade ou reinserção nos estudos. Este terreno, em excelentes condições de aproveitamento, foi doado a o IFSul pela Lei Municipal No 5.705, de 18 de abril de 2013.

Neste contexto, como desenvolveremos na justificativa, o Curso Técnico em Edificações na modalidade subsequente e em caráter binacional, se impôs como primeiro curso a ser ofertado na medida em que vem atender a necessidade regional – e no geral de ambos os países – na formação de cidadãos como trabalhadores plenamente inseridos na sua realidade, com compreensão histórico-social do seu papel, com formação técnico-científica consistente e capacitados para acompanhar os avanços tecnológicos, com visão empreendedora e criativa, que enxerga o futuro, porém, sabe resgatar e preservar as raízes.

3.2 – Justificativa

Brasil e Uruguai dividem aproximadamente 1.003 quilômetros de fronteira, esta linha tende a ser um espaço de constante trânsito. Características comuns, como as feições geográficas em que predominam planícies adequadas à pecuária extensiva e agricultura, especialmente as de arroz e soja, favorecem a integração e o intercâmbio¹.

O município de Jaguarão (28.482 hab.) pertence à microrregião de Jaguarão – que inclui a cidades de Arroio Grande (18.979 hab.) e Herval (6.969 hab.)²–, que por sua vez está inserida na Mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul, e é o caminho mais curto entre Porto Alegre e Montevidéu, junto com a irmã cidade de Rio Branco (14.604 hab.)³ – com a que está interligada pela histórica Ponte Mauá e logo mais o estará por uma segunda ponte – constituem um polo estratégico de crescente importância na logística regional.

A proposta pedagógica do Curso de Edificações dimana de três elementos construtivos que a alicerçam, a saber: Os dados macroeconômicos e sócias que emergem do estudo do arranjo produtivo local; a manifestação do interesse da comunidade de Jaguarão e Microrregião por meio de pesquisas, audiências públicas e a expressão direta de entidades de classe e do poder público (Municípios) e, finalmente, aspectos que fazem à necessidade de oferta de educação técnico-profissional na fronteira em caráter binacional.

Dados macroeconômicos e sociais relevantes:

A microrregião de Jaguarão tem se caracterizado historicamente pela produção agropecuária, baseada fundamentalmente no cultivo de arroz e na criação de gado bovino, porém, nos últimos anos tem se estendido, também, o cultivo da soja. Entretanto, estas formas de produção se dão em latifúndios, com grau elevado de mecanização, o que repercute em que o agro, sendo ainda a maior fonte de riqueza da região, não é o segmento que mais emprega. No que se refere especificamente a Jaguarão, na sua relação fronteiriça com a cidade de Rio Branco no Uruguai, tem se dado um importante crescimento na área de serviços, vinculado ao turismo comercial que se dá pelo atrativo dos *free shops* presentes na vizinha cidade. Existe agora a sinalização da construção de uma oferta de *free shops* também em Jaguarão, procurando atender à clientela uruguaia. Paralelamente, na cidade se desenvolvem fortes políticas públicas de resgate do patrimônio histórico, pretendendo, com isto, gerar uma oferta turística diversificada, que potencie e modifique o atual turismo, dito “de passagem”, em um fluxo permanente que extrapole o simples objetivo comercial, transformando-o em um turismo cultural-histórico. A cidade conta com mais de seiscentos prédios tombados, duas grandes obras de restauro em andamento e a previsão de mais dez obras contempladas no PAC das Cidades Históricas num valor total de 42 milhões de reais. Como aspectos infraestruturais de destaque, na micro e mesorregião, devemos citar a construção de uma segunda ponte – cuja licitação está prevista para 2014 - que desafogue a histórica Ponte Internacional Mauá e permita sua restauração – também já prevista nos acordos binacionais –; a consolidação da Hidrovia que liga a Lagoa Mirim com a Lagoa dos Patos facilitando o escoamento internacional de mercadorias em parceria com o Uruguai; a construção na região de Santa Vitoria do Palmar de dois parques eólicos de grande porte e, por último, sendo muito significativo, o desenvolvimento do Polo Naval de Rio Grande de grande impacto em toda a mesorregião.

No âmbito educativo, devemos chamar a atenção para um grande déficit instrucional, o que coloca a Jaguarão e sua microrregião bastante aquém à média estadual, especialmente no que tange ao Ensino Médio e a formação técnica. Como dado relevante podemos citar que das pessoas acima dos 25 anos, no Município de Jaguarão, 54,13% não

¹ FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e Coisas da Fronteira Sul*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

² Fonte dos dados populacionais das cidades brasileiras: IBGE, estimados para 2013.

³ Fonte: Instituto Nacional de Estadística (INE) do Uruguai, dados do Censo 2011.

completaram o ensino fundamental e 17,18% não completaram o Ensino Médio. Reforçando esta carência endêmica e a necessidade de uma reversão deste processo pernicioso de exclusão escolar, podemos anotar que havendo 2.373 indivíduos com idade entre 15 e 19 anos, a matrícula do Ensino Médio no Município de Jaguarão, em 2012, registra 821 alunos, havendo também 105 em cursos técnicos regulares e (extrapolando esta faixa etária) 135 matrículas no EJA de Nível Médio⁴. Em resumidas contas, podemos estimar que, aproximadamente, 60% dos jovens têm desistido ou têm dificuldades de se manter inseridos no sistema educativo no nível acorde com sua idade.

Manifestação do interesse da comunidade:

Como descrito na apresentação, tem havido um profundo comprometimento por parte das instituições locais e uma importante sensibilização por parte da sociedade. Desde 2011 vêm acontecendo audiências públicas e foros visando à implantação de uma escola técnica em Jaguarão. Entretanto, a partir de uma sinalização efetiva de que um câmpus avançado viria a ser instalado na cidade no marco da Fase III da Expansão, o IFSul aplicou a metodologia desenvolvida precisamente pela Comissão da Expansão Fase III, criada aos efeitos de tratar da implantação dos novos câmpus. Em uma das suas etapas, a metodologia compreende a definição dos cursos em Audiências Públicas, as mesmas foram realizadas em 27/05, 26/06 e 18/07/2013. Tiveram uma excelente participação, registrando a presença de entre cem e duzentas pessoas em cada uma. Já desde a primeira audiência o Eixo de Infraestrutura foi apontado com força, mais particularmente o Curso de Edificações, com a particularidade de que atendesse duas condições: por um lado a binacionalidade e, por outro, que fossem incorporados conteúdos que introduzissem ao restauro, de modo que os profissionais formados tivessem sensibilidade para atender a particularidade histórica da cidade. Além das audiências públicas foram realizadas pesquisas entre alunos de Ensino Médio e da oitava série do Ensino Fundamental, assim como junto aos professores, empresas e entidades representativas da comunidade. Os dados coletados nas pesquisas serviram como base para o debate nas audiências segunda e terceira. Finalmente foi concluído que o primeiro curso a ser ofertado pela Unidade seria precisamente o de Edificações.

A necessidade da oferta binacional:

A ideia de fronteira que nos orienta neste projeto extrapola as definições tradicionais de fronteira que nos limita ao aspecto geográfico físico e econômico, alcançando também às representações culturais, que, por sua vez, “remetem à vivência, às socialidades, às formas de pensar intercambiáveis, aos *ethos*, valores, significados contidos nas coisas, palavras, gestos, ritos, comportamentos e ideias”⁵. Assim como as fronteiras determinam limites e constituem linha demarcatória e, portanto efetivamente divisória, a fronteira é “ambivalente porque comporta dois estados de ser, e ambíguo porque traz consigo uma promessa de superação no tempo, na possibilidade de ser um outro, um terceiro”⁶. Em definitiva as fronteiras também constituem um elo cultural que na sua particularidade híbrida tende a constituir uma própria, fronteira.

É esta particularidade fronteira que precisamente pretende ser atendida pela oferta de cursos binacionais. Os mesmos vêm sendo construídos em parceria entre Brasil e Uruguai há algum tempo e tem incumbido ao IFSul e ao

⁴ Fonte: IBGE Censo escolar 2012.

⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena. (org.) *Fronteiras Culturais: Brasil – Uruguai – Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, p.36.

⁶ Ibidem, p.37.

Consejo de Educación Técnica y Profesional/Universidad del Trabajo del Uruguay (CETP/UTU) serem pioneiros com a oferta de cursos binacionais nas cidades irmãs de Santana do Livramento e Rivera, ampliando agora esta oferta para as cidades de Jaguarão e Rio Branco.

Tal parceria tem como base legal os seguintes acordos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai:

- 1) Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, firmado em 12 de junho de 1975;
- 2) Acordo para criação de “Escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para a Habilitação de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços”, firmado em 01 de abril de 2005;
- 3) Acordo sobre Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Uruguaios e Brasileiros, subscrito em 21 de agosto de 2002;

Cabe acrescentar que a implementação dos cursos binacionais tem estado permanentemente na pauta das Reuniões de Alto Nível (RAN), cuja nona edição aconteceu no início de novembro de 2013 em Montevideu.

Considerando esses acordos, em 20 de outubro de 2010, as instituições IFSul e CETP-UTU concordaram em promover a criação de Cursos Binacionais em Região de Fronteira. As áreas técnicas atendidas seriam as de indústria, agroindústria, infraestrutura, administração e serviços, de entre outros, tentando em todos os casos explorar, numa proposta de complementaridade, as potencialidades e fortalezas da oferta educativa de ambas as instituições.

No marco dos três tópicos desenvolvidos até aqui na justificativa, o Curso Técnico em Edificações vem suprir uma necessidade crescente de pessoal qualificado na área da Construção Civil. O curso proposto formará técnicos cujo certificado binacional será chancelado por instituições amplamente reconhecidas em ambos os países. Em decorrência disto, poderão desempenhar sua profissão tanto nas cidades diretamente implicadas no projeto, como no interior de ambos os países. A área de Infraestrutura e mais particularmente da Construção Civil apresenta no momento grande dinamismo nos dois países e a previsão para os próximos vinte anos é promissora; no Uruguai, por exemplo, se prevê um investimento de 36 bilhões de dólares em infraestrutura para este período.⁷ A cifra do pessoal empregado e registrado oficialmente na Construção Civil no Uruguai é de 69 mil operários⁸, considerando que estamos nos referindo a um país com algo mais de três milhões de habitantes, é um número muito significativo e que representa o dobro da mão de obra empregada há uma década.⁹ Por outro lado, essa duplicação também se expressa no peso do segmento no Produto Interno Bruto do Uruguai, onde hoje se situa em torno do nove por cento¹⁰. No Brasil, a situação nesta área também reflete a mesma tendência, até janeiro de 2013 havia 3,410 milhões de trabalhadores com carteira assinada no setor da Construção Civil, na região Sul,

⁷ Fonte: Camara de la Construcción del Uruguay, <http://www.ccu.com.uy/sitio/noticias/604-uruguay-debera-invertir-36000-millones-en-infraestructura-en-los-proximos-20-anos.html>. Acesso em 17/11/2013.

⁸ Fonte: : Camara de la Construcción del Uruguay, <http://www.ccu.com.uy/sitio/noticias/583-el-segundo-mejor-ano-de-la-historia.html>. Acesso em 17/11/2013.

⁹ Ídem.

¹⁰ Fonte: <http://www.ccu.com.uy/sitio/noticias/26-noticias/582-una-situacion-excepcional.html>. Acesso em 17/11/2013.

mais particularmente, eram 474,6 mil. Estas cifras representam um crescimento no acumulado de um ano no entorno do três por cento¹¹.

A indústria da construção Civil é um segmento que possui a particularidade de transversalizar todo o arranjo produtivo, se originalmente moradia e obra pública representavam 85% da atividade neste setor, hoje esta participação tem se reduzido à metade, deixando espaço para a edificação de outro tipo de estruturas que atendem demandas diversas, como as do turismo; da geração de energia; do comércio e da logística no geral – com suas grandes superfícies construídas –, além de atender à indústria e à agroindústria. Esta diversificação, somada às inovações tecnológicas, conduz à necessidade de uma melhor qualificação dos profissionais que trabalham no setor. Em definitiva a proposta do Curso Técnico em Edificações, vem ao encontro com a necessidade dos segmentos implicados na Construção Civil, tanto das empresas, como dos trabalhadores, segundo o Presidente da Cámara de la Construcción del Uruguay: *“Con un desempleo del entorno del seis por ciento y sin una política activa de capacitación de recursos humanos, no logrará seguir creciendo. Para crecer se necesita más gente trabajando y más gente capacitada”*¹². Já, no Brasil, segundo pesquisa recente: “A falta de trabalhadores qualificados atinge 74% das empresas da indústria da construção brasileira...” e “entre as empresas que apontaram a falta de trabalhador qualificado como problema, é dificuldade quase unânime (94%) a carência de trabalhadores básicos ligados à obra (como pedreiro ou servente). O problema com a falta de funcionários técnicos ligados à obra (como encarregado de obra ou mestre de obra) atinge também a maior parte da indústria da construção (92%)”¹³.

Para concluir, podemos afirmar, por um lado, que a oferta do Curso Técnico em Edificações na forma Subsequente e em caráter binacional, na cidade de Jaguarão, responde a uma necessidade historicamente postergada de oferta de cursos técnicos de qualidade e que atendam as especificidades das regiões de fronteira, atendendo a fluidez deste âmbito no que concerte ao mundo do trabalho, onde já no seu cotidiano, os cidadãos de ambos os países transitam e trabalham a um e outro lado sem, na maioria dos casos, possuírem uma habilitação que lhes reconheça uma formação no país vizinho. Por outro lado, a oferta de um curso binacional no Eixo Tecnológico de Infraestrutura e, mais particularmente, Edificações, atende a perspectiva de uma crescente demanda desta formação para responder a um desenvolvimento econômico diversificado e sustentado na região, contribuindo com um técnico com formação sólida e abrangente, capaz de se adaptar às novas tecnologias sem esquecer-se do contexto histórico-cultural em que está inserido. Um técnico que tenha capacidade empreendedora, mas, que por sua vez seja apto a trabalhar em equipe, tanto no canteiro de obras, como num escritório da construção civil, com consciência social e ambiental.

3.3 Objetivos

¹¹ Fonte: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/construcao-civil-abre-36-2-mil-vagas-no-pais-em-janeiro>. Acesso em 17/11/2013.

¹² Fonte: <http://www.ccu.com.uy/sitio/noticias/583-el-segundo-mejor-ano-de-la-historia.html>. Acesso em 18/11/2013.

¹³ Fonte: <http://www.cbic.org.br/sala-de-imprensa/noticia/cni-aponta-falta-de-trabalho-qualificado-na-construcao>. Acesso em 18/11/2013.

Propiciar uma formação profissional crítica, contextualizada que qualifique o Técnico para atuar na área da construção civil, visando suprir as necessidades do desenvolvimento do Brasil e do Uruguai e que possua competências para atuar em ambos países – em empresas públicas ou privadas de construção civil, em escritórios de projetos e de construção civil, no canteiro de obras, em indústrias da construção civil ou de forma autônoma –, na elaboração de projetos, orçamentos e levantamentos de material para estimativa de custo; em laboratórios de materiais de construção e solos; em levantamentos topográficos; no planejamento e execução de obras de construção civil; na coordenação de equipes de trabalho, seleção e treinamento de pessoal; na realização de interfaces entre áreas técnicas e administrativas das construtoras, em obras de preservação e recuperação patrimonial e que, também, tenha autonomia e capacidade empreendedora, visando em qualquer circunstância à melhoria das condições de vida da sociedade de forma sustentável.

4 – PÚBLICO-ALVO E REQUISITOS DE ACESSO

Para ingressar no Curso Técnico em Edificações, os candidatos deverão ter concluído o Ensino Médio ou equivalente no Brasil, ou o 6º ano da Educação Secundária no Uruguai.

4.1 – Para alunos brasileiros

O processo seletivo para ingresso de brasileiros no curso será regulamentado em edital específico.

4.2 – Para alunos uruguaios

O ingresso de alunos uruguaios se dará conforme a regulamentação do CETP-UTU e em consonância com o Art. VIII do Acordo Binacional para a Criação de Escolas e/ou Institutos Binacionais de Fronteira.¹⁴

5 – REGIME DE MATRÍCULA

Regime do Curso	Semestral
Regime de Matrícula	Seriado
Turno de Oferta	Noite
Número de Vagas	32 vagas (16 alunos uruguaios e 16 brasileiros)
Regime de Ingresso	Semestral

6 – DURAÇÃO

Duração do Curso	4 (Quatro) Semestres
------------------	----------------------

¹⁴ Fonte: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_55/ Acesso em 19/11/2013

Carga horária em disciplinas obrigatórias	1380 h
Estágio Curricular obrigatório	Não se aplica
Total do Curso	1380 h

7 – TÍTULO

Após a integralização da carga horária total do curso binacional, incluindo atividades complementares, o aluno receberá o diploma, reconhecido automaticamente pelo IFSul de **Técnico em Edificações** e CETP-UTU, de **Técnico Constructor de Obra Civil**.

8 – PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO

O egresso do Curso Técnico em Edificações deverá ser capaz de utilizar os conhecimentos da formação técnica – baseado nos princípios de humanismo, solidariedade, criticismo, criatividade e ética – na resolução de situações no exercício da profissão, atuando nas áreas de planejamento e execução de projetos de edificações, elaboração de orçamentos, assistência técnica para o comércio, manutenção e utilização de equipamentos especializados da área. Terá condições de resgatar técnicas e materiais tradicionais sem deixar de buscar soluções inovadoras e adequadas à realidade do mercado, utilizando as tecnologias da construção civil com criatividade, sabedoria e eficiência, visando à melhoria das condições de vida da sociedade de forma sustentável.

Com relação ao campo de atuação, o egresso do curso poderá atuar no Brasil e no Uruguai, em empresas públicas e privadas de construção civil, em escritórios de projetos e de construção civil e em canteiros de obras, além de ser capacitado como prestador autônomo de serviços ou empreendedor na área.

9 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

9.1 – Competências

O Técnico com certificação binacional em Edificações é o profissional que possui competência para:

9.1.1 – Competência Comportamental-Atitudinal

- Usar diferentes possibilidades de aprendizagem mediada por tecnologias no contexto do processo produtivo e da sociedade do conhecimento, desenvolvendo e aprimorando autonomia intelectual, pensamento crítico, espírito investigativo e criativo;

- Compreender seu papel num quadro de formação/aprendizagem permanente e de contínua superação das competências pessoais e profissionais adquiridas, reconhecendo a complexidade e a mudança como características de vida;
- Possuir flexibilidade e predisposição para a aprendizagem social, histórica, cultural, política e/ou emocional;
- Possuir visão contextualizada de sua profissão em termos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;
- Entender e valorizar a leitura como objeto cultural que promove a inserção no mundo do trabalho.
- Valorizar e respeitar as variações linguísticas compreendendo-as na dimensão histórico-cultural;
- Valorizar a língua como marca identitária dos sujeitos e como objeto que possibilita a interação dos indivíduos nas organizações;
- Possuir visão crítica e consistente sobre o impacto de sua atuação profissional na sociedade;
- Compreender os processos técnicos, históricos e estéticos relacionados ao patrimônio cultural;
- Mobilizar eficazmente recursos e saberes, no sentido de atender a objetivos coletivos, profissionais e pessoais, mesmo em contextos de incertezas;
- Ser inovador e eficiente na solução dos problemas.
- Atuar social e profissionalmente de forma ética e cooperativa em equipes multidisciplinares;
- Atuar de forma a melhorar as condições de trabalho dos usuários, preservando o meio ambiente;
- Defender a flexibilidade das atividades como alternativa perante as vulnerabilidades da sociedade e do mercado;
- Possuir consciência da necessidade de estar sempre tecnologicamente atualizado com as mudanças da sua profissão;
- Demonstrar capacidade de organização, liderança, facilidade e clareza de comunicação, iniciativa com ética na tomada de decisão.
- Desenvolver o senso crítico referente às teorias e técnicas de restauro.

9.1.2 – Competência Técnico-cognitiva

- Executar trabalhos e serviços técnicos na área da construção civil de forma autônoma ou sob supervisão de profissionais de nível superior no marco das suas competências definidas por leis e resoluções¹⁵.
- Utilizar equipamentos, instalações e materiais aplicados à construção civil;
- Aplicar as normas técnicas concernentes aos respectivos processos de trabalho;
- Conduzir equipes de execução, instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção em trabalhos técnicos na construção civil;
- Treinar equipes de execução de obras e serviços técnicos;
- Fiscalizar a execução de serviços e atividades de sua competência;
- Executar trabalhos de mensuração e controle de qualidade;
- Executar serviços de manutenção e instalação de equipamentos;
- Prestar assistência técnica, ao nível de sua habilitação, na compra e venda de equipamentos e materiais;
- Elaborar orçamentos relativos às atividades de sua competência;
- Executar desenho técnico;
- Reconhecer processos construtivos tradicionais históricos e utilizar técnicas e materiais compatíveis com os mesmos.

9.2 – Matriz Curricular

Vide anexo.

9.3 – Matriz de Pré-Requisitos

Não há matriz de pré-requisitos.

9.4 – Matriz de Disciplinas Equivalentes

Não há matriz de disciplinas equivalentes.

9.5 – Estágio Curricular

Não está previsto estágio obrigatório.

9.6 – Atividades Complementares

Não estão previstas atividades complementares.

¹⁵ Vide: Resolução do CONFEA Nº 278, DE 27 MAIO 1983 e Decreto Federal 90.922/85.

9.7 – Trabalho de Conclusão do Curso

Será considerado como trabalho de conclusão do curso o trabalho da disciplina Projeto Final.

9.8 – Disciplinas, Ementas, Conteúdos e Bibliografia

Vide anexo.

9.9 – Flexibilidade Curricular

Considerando a diversidade de espaços de construção de conhecimento, a flexibilidade curricular dar-se-á através da análise de documentos oficiais que comprovem a aprovação em disciplinas pertencentes à mesma área, com equivalência de conteúdos, de nível de ensino e de carga horária aos exigidos no curso, oriundos de instituições oficialmente reconhecidas.

9.10 – Política de Formação Integral do Aluno

Partindo do pressuposto de que a educação é um processo integral, compreende-se que ela deva aliar formação técnica e humana, potencializando a atuação ética e cidadã na vida e no mundo do trabalho. Assim, o currículo e as práticas pedagógicas traduzem essa intenção, de forma que as diferentes disciplinas propiciem o desenvolvimento do raciocínio lógico, da comunicação e da expressão, do empreendedorismo, do trabalho em equipe, entre outros aspectos que aproximem a sala de aula do universo profissional e social.

Baseada nessas concepções, a proposta do processo educativo do Campus visa acompanhar e promover o desenvolvimento das habilidades de aprender a aprender, de aprender a fazer, de aprender a conviver e de aprender a ser, orientadas por critérios éticos, comprometidos com a vida. Busca-se, além disso, o aprimoramento das qualidades pessoais de cada educando, fomentando suas potencialidades intelectuais, afetivas e psicossociais. Todos esses intentos envolvem a capacidade de analisar, avaliar, planejar, decidir, expor e defender ideias e de agir como sujeitos históricos e atores sociais que somos, fazendo acontecer a história e mudando o seu rumo, se necessário.

Considerando a diversidade das áreas do conhecimento, são priorizadas práticas que estimulem a percepção de cada aluno, o raciocínio lógico e a criatividade. Através de atividades relacionadas à área de Edificações, aprimora-se a competência de saber onde e como buscar as informações necessárias para desenvolvimento de tarefas, além de analisar exemplos e aprimorá-los para utilização.

Os trabalhos em grupo recebem destaque, sendo propostos no decorrer do curso, com vistas ao exercício de divisão de tarefas e de responsabilidades e ao desenvolvimento de lideranças, enfatizando-se que o sucesso coletivo depende do empenho de todos para sua realização. Além de envolver esses conceitos, trabalhar em equipe promove aprendizagens para a vida em sociedade, já que compreende a ética, a

interação com o meio, o respeito a hierarquias, a construção de objetivos comuns, o alcance de metas e o cumprimento de prazos para alcance do sucesso.

Política de Inclusão e Acessibilidade do Estudante

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino, implicando, desta forma, no respeito às diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, culturais, socioeconômicas, entre outras.

A Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul, amparada na Resolução nº 51/2016, contempla ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais:

I - pessoas com necessidades educacionais específicas: consolidando o direito das pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas habilidades/Superdotação, sendo o Núcleo de Apoio as Necessidades Específicas – NAPNE, o articulador destas ações, juntamente com a equipe multiprofissional do Câmpus.

II – gênero e diversidade sexual: e todo o elenco que compõe o universo da diversidade para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como à sua plena integração social, política, econômica e cultural, contemplando em ações transversais, tendo como articulador destas ações o Núcleo de Gênero e Diversidade – NUGED.

III – diversidade étnica: voltados para o direcionamento de estudos e ações para as questões étnico-raciais, em especial para a área do ensino sobre África, Cultura Negra e História, Literatura e Artes do Negro no Brasil, pautado na Lei nº 10.639/2003 e das questões Indígenas, Lei nº 11.645/2008, que normatiza a inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento e nas ações pedagógicas, ficando a cargo do Núcleo de Educação Afro-brasileira e Indígena – NEABI.

Para a efetivação da Educação Inclusiva, o Curso Técnico em Edificações considera todo o regramento jurídico acerca dos direitos das pessoas com deficiência, instituído na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/1996; na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008; no Decreto nº 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com Deficiência ou com mobilidade reduzida; na Resolução CNE/CEB nº 2/2001 que Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação

Especial na Educação Básica; no Decreto nº 5.626/2005, dispendo sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; no Decreto nº 7.611/2011 que versa sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado; na Resolução nº 4/2010 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; na Lei nº 12.764/2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; no parecer CNE/CEB nº 3 de 2013, o qual trata da Terminalidade Específica e na Lei nº 13.146/ 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A partir das referidas referências legais apresentadas, o Curso Técnico em Edificações, assegura currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as necessidades individuais dos estudantes. Contempla ainda em sua proposta a possibilidade de flexibilização e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, das metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados, dos processos de avaliação compreensiva, da terminalidade específica, adequados ao desenvolvimento dos alunos e em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória. Bem como, a garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio de oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena, atendendo às características dos estudantes com deficiência, garantindo o pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, favorecendo ampliação e diversificação dos tempos e dos espaços curriculares por meio da criatividade e inovação dos profissionais de educação, matriz curricular compreendida com propulsora de movimento, dinamismo curricular e educacional.

Para o planejamento das estratégias educacionais voltadas ao atendimento dos estudantes com deficiência, será observado o que consta na Instrução Normativa nº 3 de 2016, que dispõe sobre os procedimentos relativos ao planejamento de estratégias educacionais a serem dispensadas aos estudantes com deficiência, tendo em vista os princípios estabelecidos na Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul.

9.11 – Metodologia a ser desenvolvida no curso

O foco do corpo docente do curso técnico binacional em Edificações está na aprendizagem pelo estudante e não na mera exposição de conteúdos pelo professor. Neste sentido, o estudante conta com um conjunto de elementos de apoio à aprendizagem, entre os quais se destacam o professor, os períodos

de monitoria das disciplinas, as disciplinas que desenvolvem atividades práticas, a biblioteca, os laboratórios, as oficinas etc. O curso ainda utiliza como metodologia de ensino a educação a distância. Esta ferramenta de ensino possibilita aos estudantes utilizarem o tempo disponível em outros momentos para sua formação. É também uma ferramenta útil aos docentes, pois, permite organizar o trabalho pedagógico em outros ambientes e espaços educativos, estimulando aos estudantes o desenvolvimento da autonomia na pesquisa, no ensino e na organização dos seus processos de aprendizagem.

Com o objetivo de aproximar o aluno ao mundo do trabalho e aprimorar a aprendizagem da prática profissional, o professor deverá propor visitas técnicas a indústrias de materiais de construção e a canteiros de obras. Estas atividades deverão estar previstas no Plano de Ensino da disciplina, e divulgadas aos alunos no início do período letivo.

O curso possui a peculiar característica de ser binacional, reunindo alunos brasileiros e uruguaios numa mesma sala de aula e ao final conferindo um certificado reconhecido em ambos os países, Brasil e Uruguai. Sendo assim, compõem o currículo a Disciplina de Comunicação e Expressão em Espanhol e Português onde o professor com formação Português/Espanhol, desenvolverá atividades nas duas línguas, com objetivo de desenvolver a proficiência dos alunos nos dois idiomas e ampliar as possibilidades de discussão e reflexão nos dois idiomas.

9.11.1 Componentes curriculares a distância

Com a intenção de dinamizar os processos de aprendizagem em relação a determinados programas, o colegiado de curso poderá prever componentes curriculares a distância. Os referentes componentes curriculares estão previstos no Projeto Pedagógico do Curso. A definição dos componentes curriculares a distância passará pela avaliação do colegiado e constará da matriz curricular após a aprovação desta instância e encaminhamento demais instâncias institucionais, seguindo o Plano de Ensino e Guia Didático da disciplina, divulgado aos estudantes no início do período letivo e não devendo ultrapassar o equivalente a 20% de horas/aula da disciplina.

10 – CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Atendendo ao que dispõe o artigo 34 da Resolução CNE/CEB 06/2012, poderão ser aproveitados os conhecimentos e as experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

Em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

Em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;

Em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;

Por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Os conhecimentos adquiridos em cursos de Educação Profissional de Nível Básico, no trabalho ou por outros meios informais, serão avaliados mediante processo próprio dessa instituição.

Este processo de avaliação deverá prever instrumentos de aferição teóricos/práticos, os quais serão elaborados por banca examinadora, especialmente constituída para este fim.

A banca de que fala o parágrafo anterior deverá ser composta por docentes habilitados e/ou especialistas da área pretendida e profissionais indicados pela Diretoria de Ensino.

Na construção destes instrumentos, a banca deverá ter o cuidado de aferir os conhecimentos com a mesma profundidade com que é aferido o conhecimento do aluno que frequenta regularmente o Instituto Federal Sul-rio-grandense.

Sempre que for possível, a avaliação deverá contemplar igualmente os aspectos teórico e prático.

O registro do resultado deste trabalho deverá conter todos os dados necessários para que se possa expedir com clareza e exatidão o parecer da banca. Para tanto, deverá ser montado processo individual que fará parte da pasta do aluno.

No processo deverão constar tipos de avaliação utilizada (teórica e prática), parecer emitido e assinado pela banca e homologação do parecer assinado por docente da área indicado em portaria específica.

É indispensável que se registre todo o processo de avaliação e que, só após sua aprovação, o aluno seja inserido no semestre pretendido.

Para orientação sobre o tema tomaremos como referenciais legais:

- * a Lei 9394/96, de 20.12.1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional;
- * o Decreto 5154, de 23.07.2004, que regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9394/96;
- * o Parecer 11/2012 da CEB/CNE, de 09.05.2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico;
- * a Resolução nº06/2012, da CEB/CNE, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, assim como outros referenciais que vierem a ser produzidos.
- * a Portaria Interministerial 1.082/2009 de 20.11.2009, que dispõe sobre a criação da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede CERTIFIC.

11 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM APLICADOS AOS ALUNOS

A avaliação é entendida como processo, numa perspectiva libertadora, com a finalidade de promover o desenvolvimento e favorecer a aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa em sala de aula, para a análise e compreensão das estratégias

de aprendizagem dos educandos, na busca de tomada de decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo.

A avaliação, sendo dinâmica e continuada, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se por observar, desenvolver e valorizar todas as etapas de crescimento, de progresso do educando na busca de uma participação consciente, crítica e ativa do mesmo. A intenção da avaliação é de intervir no processo de ensino-aprendizagem, com o fim de localizar necessidades dos educandos e comprometer-se com a sua superação, visando ao diagnóstico e à construção em uma perspectiva democrática.

A avaliação do desempenho será feita de maneira formal, com a utilização de diversos instrumentos de avaliação, pela análise de trabalhos, desenvolvimento de projetos, participação nos fóruns de discussão, provas e por outras atividades propostas de acordo com a especificidade de cada disciplina. Cada semestre letivo será composto por duas etapas de avaliação.

A sistematização do processo avaliativo será em acordo com a Organização Didática do Instituto.

12 – RECURSOS HUMANOS

12.1 – Pessoal Docente

Nome	Disciplinas que leciona	Titulação/Universidade	Regime de trabalho
Aline Campelo Blank Freitas	Projeto Arquitetônico II, Projeto e Prática Hidrossanitárias I e II, PFA.	Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas. Pós-Graduação: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas. Área de concentração: Arquitetura e Urbanismo.	DE, 40h, Efetivo
Bruno Silva do Nascimento	Análise Estrutural II, Materiais de Construção II, Mecânica do Solo e Resistência dos Materiais, PFA.	Graduação em Engenharia Universidade Federal de Santa Maria. Área de concentração:	DE, 40h, Efetivo

		Engenharia Civil.	
Cátia Simone de Cardozo Xavier	Pedagoga/Supervisora Pedagógica	Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Pelotas. Pós-Graduação: Especialização em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Área de concentração: Educação.	40h, Efetivo
Daiane Gomes	Técnica Construtivas II, Legislação, Segurança do Trabalho, Técnica Construtivas III, Topografia II, PFA.	Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas. Pós-Graduação: Especialização em Educação pelo Instituto Federal Sul-rio- grandense. Área de concentração: Educação.	DE, 40h, Efetivo
Gilson Cesar Piantá Corrêa	Relações Humanas.	Licenciatura em Ciências Sociais pela ULBRA. Pós-Graduação: Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Área de concentração: Sociologia.	DE, 40h, Efetivo
Juliana de Oliveira Plá	Projeto e Práticas Elétricas, Gerenciamento e Orçamento.	Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas.	DE, 40h, Efetivo

		<p>Pós-Graduação: Especialização em Educação pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense. Área de concentração: Educação.</p>	
<p>Maria Helena Rodrigues Fuão</p>	<p>CEEP I e II.</p>	<p>Licenciatura em Letras Espanhol pela Universidade Federal de Rio Grande. Pós-Graduação: Mestrado em Literatura pela Universidade Federal de Rio Grande. Área de concentração: Letras.</p>	<p>DE, 40h, Efetivo</p>
<p>Mauro Dinael Beilfuss Bartz</p>	<p>Matemática Aplicada.</p>	<p>Licenciatura em Matemática pela UNITINS. Pós-Graduação: Mestrado em Matemática pela Universidade Federal de Rio Grande. Área de concentração: Matemática.</p>	<p>DE, 40h, Efetivo</p>
<p>Nestor José Silveira de Silveira</p>	<p>Práticas Construtivas I, II e III, PFA.</p>	<p>Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Católica de Pelotas. Pós-Graduação: Especialização em Educação Ambiental e</p>	<p>DE, 40h, Efetivo</p>

		Cidadania pela UNICID . Área de concentração: Educação.	
--	--	---------------------------------------------------------------	--

12.2 – Pessoal Técnico-administrativo

Nome	Titulação/Universidade
Alexandre Macedo Pereira	Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual da Bahia. Pós-Graduação: Doutorado em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Rio Grande. Área de concentração: Educação.
Arides Silva Rodrigues	Técnico em Edificações pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense. Área de concentração: Técnico em Edificações.
Bruna de Oliveira Farias	Graduada em Administração pela Universidade Federal de Pelotas. Pós-Graduação: Especialização em Recursos Humanos pela Universidade Federal de Rio Grande.
Daiana Schons	Graduada em Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos pela Anhanguera-Uniderp. Pós-Graduação: Especialização em Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos pela Unipampa.
Elenir Silveira de Ávila	Nível Médio.

Fabiane Sarmiento Oliveira	Licenciada em Letras/Português e Inglês pela Universidade Federal de Santa Maria. Pós-Graduação: Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Área de concentração: Educação
Rafael Ígor Fritz	Graduado em tecnólogo em análise e desenvolvimento de sistemas pela universidade federal de santa maria. Pós-Graduação: Especialização em Sistema de Telecomunicações pela Universidade Federal de Santa Maria. Área de concentração:
Ricardo Neves Cabral	Graduação Tecnólogo em Gestão Pública pela UNICESUMAR. Pós-Graduação: Especialização em Administração Pública pela UNICESUMAR. Área concentração: Administração Pública.

13 – INFRAESTRUTURA

13.1 – Instalações e equipamentos oferecidos aos professores e alunos

Identificação	Área - m ²
Sala de aula para 60 alunos (Unipampa Jaguarão)	80 m ²
Laboratório de Informática (Unipampa Jaguarão)	80 m ²
Sala da Coordenadoria (Unipampa Jaguarão)	40 m ²

Laboratório de Informática

Quant	Descrição
-------	-----------

36	Microcomputadores (Unipampa Jaguarão)
1	Projektor Multimídia
1	Tela de Projeção

13.2 – Infraestrutura de Laboratórios Específicos à Área do Curso

O prédio do curso está em fase de projeto e pretende ser licitado no início de 2014 com finalização prevista para o início de 2015. Até lá, para as práticas será utilizado o prédio doado pela Prefeitura de Jaguarão na Rua General Osório No 32 no qual serão feitas adequações para receber os alunos e docentes.

Identificação	Área - m ²
Laboratório de Construção Civil	800 m ²
Laboratório específico de Informática, 20 notebooks com programas próprios para o curso.	----
Biblioteca: Obs. O Câmpus Jaguarão de Unipampa disponibilizará o acesso ao acervo da sua biblioteca e, sob encomenda, o acervo da biblioteca do Câmpus Alegrete, onde existe o curso de Engenharia Civil.	
Laboratório de desenho: Em processo de aquisição do material correspondente, será instalado no prédio da Rua General Osório N° 32 ainda para o primeiro semestre.	
Laboratório de mecânica dos solos: Obs. Não está previsto no primeiro semestre o uso de laboratório de solos, sendo prevista sua instalação para o segundo semestre no prédio da Rua General Osório N° 32.	
Laboratório de topografia: Obs. Não está previsto no primeiro semestre o uso de laboratório de topografia, sendo prevista sua instalação para o segundo semestre no prédio da Rua General Osório N° 32.	
Almoxarifado do curso	120 m ²